



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 02.010.478/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

A Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. - BAC, no exercício de 2024, apresentou um desempenho robusto e consistente, demonstrando o acerto de suas estratégias e a confiança depositada por seus clientes. Atingimos um marco de 26 mil cotas ativas, evidenciando um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Esse avanço é resultado da expansão de nossa atuação, calcada em parcerias estratégicas e no constante aprimoramento de nossos serviços.

O exercício de 2024 apresentou um cenário ao mesmo tempo favorável e desafiador para a Companhia, pois se por um lado a comercialização de novas cotas de consórcio seguiu em alta, potencializando receitas no futuro, de outro pressionou as despesas de curto prazo com o pagamento de comissões, exigindo da Administração a busca por alternativas para reduzir o desequilíbrio do fluxo de caixa da empresa, como a repactuação dos prazos desses dispêndios e a contenção de outros custos e despesas.

Ademais, a incerteza quanto aos resultados da aplicação de alterações de natureza contábil, notadamente quanto à aplicação CPC 47, que trata do regime de competência para escrituração de receitas e despesas de consórcio, gerou certa apreensão na Administração, que viabilizou o apoio de consultores especializados externos, com vistas a garantir a mais adequada aplicação das normas pertinentes, de forma a evitar alterações potencialmente distorcidas para os resultados da empresa.

A Cia. encerrou o exercício de 2024 de forma exuberante, consolidando o forte crescimento nas ven-

das, iniciado ainda no exercício anterior. Foram comercializados 2,14 bilhões em cartas de crédito, volume 17,9% maior do que o observado em 2023, com destaque para o segmento de imóveis, que cresceu 35%. Mantendo o compromisso com o principal propósito da empresa, de viabilizar a realização de sonhos, a BAC operacionalizou 5,9% a mais em relação à quantidade de créditos liberados, alcançando o número de 8.024 bens e serviços entregues.

A Administradora tem como estratégia central o crescimento sustentável da carteira de cotas ativas, além de aprimorar continuamente a experiência dos consorciados. As principais iniciativas nesse sentido incluem:

- Expansão geográfica:** atuação em novas praças do País, com adoção de estruturas comerciais adequadas a cada realidade local e que supram as demandas geradas;
- Eficiência operacional:** promover melhorias em processos, sistemas e comunicação, para propiciar uma melhor experiência aos consorciados e maior escalabilidade do negócio.
- Gestão de custos e despesas:** ajustar a estrutura e o processo de pagamento de comissões, proporcionando condições para implementação de modificações em regras, quanto a percentuais, prazos e formas de apuração, de forma mais autônoma em relação ao sistema de gestão de grupos.

A Cia. alcançou em 2024 um desempenho financeiro que superou as expectativas mais otimistas, com uma receita operacional líquida de **R\$ 87,7 milhões**, representando um crescimento de 16%, com-

parado ao ano de 2023, impulsionado pelo aumento na receita com taxa de administração, decorrente de vendas crescentes, combinada com queda de 95% em custos e despesas, esta principalmente por conta de reflexos da implantação da alteração contábil determinada pela Resolução no. 120 do Banco Central (CPC47), em especial o diferimento das comissões, que passou a observar a apropriação ao resultado pelo prazo da cota de consórcio.

Refletindo a relação receita x custos/despesas, a empresa atingiu o EBITDA de **R\$ 35,6 milhões** e margem de 41,8%, enquanto a eficiência operacional ficou em 63%. Como consequência do contexto apresentado, a BAC obteve um resultado líquido em 2024 de **R\$ 26,5 milhões**, representando uma margem de 30%.

Para o futuro, a administração está confiante na capacidade da Cia. em superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentarem. Acreditamos que a experiência acumulada em 2024, aliada à força de vendas e ao compromisso com a excelência, permitirá a Bancorbrás Administradora de Consórcios manter sua trajetória de crescimento e consolidar sua posição de destaque no mercado de consórcios, dentre as administradoras independentes.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2025

Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho José Clímerio Silva de Souza
Diretor-Presidente Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ (1)	
	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO	78.488.190	28.357.402
CIRCULANTE	76.353.711	24.065.340
Disponibilidades	1.749	504
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	2.251.460	2.461.772
Rendas a receber (nota 13)	390.340	-
Impostos a recuperar	1.530.443	502.366
Adiantamentos e antecipações salariais	402.340	464.720
Adiantamento aos grupos (nota 05)	20.414.488	16.331.777
Adiantamentos a terceiros	3.769.456	4.169.561
Despesas pagas antecipadamente (nota 06)	236.780	134.640
Comissões diferidas - representantes (nota 13)	39.366.053	-
Comissões diferidas - colaboradores (nota 13)	7.990.602	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.675.980	3.141.997
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	1.446.779	2.928.938
Depósitos judiciais	229.201	213.059
PERMANENTE	458.499	1.150.065
Investimentos	177.125	894.989
Cotas de consórcio	177.125	894.989
Imobilizado (nota 07)	277.771	251.473
Intangível	3.603	3.603

R\$ (1)

	R\$ (1)	
	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO	78.488.190	28.357.402
CIRCULANTE	51.327.694	8.607.385
Fornecedores de serviços	1.119.105	1.287.063
Impostos e contribuições (nota 08)	4.163.031	3.090.271
Obrigações com pessoal (nota 09)	2.273.534	2.428.969
Obrigações com consorciados	57	204
Participação nos lucros e resultados	961.560	873.441
Outras obrigações (nota 10)	958.585	927.437
Dividendos (nota 12 d)	25.194.331	-
Taxas de administração diferidas (nota 13)	16.657.491	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.941.916	1.857.454
Provisões para passivos contingentes (nota 11)	251.969	597.674
Partes relacionadas (nota 16 b)	870.127	1.259.780
Impostos diferidos (nota 13)	6.819.820	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.218.580	17.892.563
Capital social (nota 12)	15.200.000	15.200.000
Reservas (nota 12)	4.018.580	2.692.563

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	R\$ 1
		LEGAL	AUMENTO DE CAPITAL		
CNPJ 02.010.478/0001-28					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.200.000	1.171.648	6.874.169		23.245.817
Prejuízo líquido do exercício				(5.353.254)	(5.353.254)
Absorção do prejuízo				5.353.254	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.200.000	1.171.648	1.520.915		17.892.563
Exercício de 2024					
Lucro líquido do exercício				26.520.348	26.520.348
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal				(1.326.017)	-
Dividendos a distribuir				(25.194.331)	(25.194.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.200.000	2.497.665	1.520.915		19.218.580
2º Semestre de 2024					
Saldos em 30 de junho de 2024	15.200.000	1.189.712	1.520.915	343.207	18.253.834
Lucro líquido do semestre				26.159.077	26.159.077
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal				(1.326.017)	-
Dividendos a distribuir				(25.194.331)	(25.194.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.200.000	2.515.729	1.520.915	(18.064)	19.218.580

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

	R\$ (1)		
	2º SEM/2024	2024	2023
(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL	320.642.091	305.875.984	251.837.084
Aplicações financeiras	320.642.091	305.875.984	251.837.084
(+) RECURSOS COLETADOS	287.555.480	540.129.285	464.260.351
Contribuições para aquisição de bens	201.037.814	380.017.886	333.680.853
Taxa de administração	57.434.243	109.074.152	78.561.404
Contribuições ao fundo de reserva	2.562.176	4.814.358	3.980.578
Rendimentos de aplicações financeiras	15.059.169	28.836.743	26.610.577
Multas e juros moratórios	854.668	1.843.278	2.448.014
Custas judiciais	17.999	41.087	28.361
Reembolso de despesas com registro	275.094	521.229	395.779
Outros	10.314.317	14.980.552	18.554.785
(-) RECURSOS UTILIZADOS	276.202.724	514.010.422	410.221.451
Aquisição de bens	197.114.771	362.112.850	316.005.302
Taxa de administração	57.527.394	109.837.213	82.398.421
Multas e juros moratórios	361.287	787.347	1.144.507
Prêmios de seguros	17.946	41.406	42.627
Custas judiciais	11.232.108	18.965.680	28.370
Devolução a consorciados desligados	276.464	521.415	2.760.928
Despesas com registro de contrato	9.672.754	21.744.511	396.078
Outros	-	-	7.445.218
(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL	331.994.847	331.994.847	305.875.984
Aplicações finance			

diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2025.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 DA ADMINISTRADORA

Na elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes práticas contábeis: a) É adotado o regime de competência para o registro das receitas e despesas, sendo que a receita será reconhecida ao longo do período em que a Administradora de Consórcios prestar os serviços relacionados ao consórcio, como a administração, organização dos grupos e a intermediação de ofertas de crédito.

b) Títulos e valores mobiliários são demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

c) Demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros.

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. No mínimo semestralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.

e) **Ativo permanente:** é registrado ao custo, sendo que as depreciações dos bens do imobilizado são calculadas, pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada (nota 07), segundo os critérios fiscais.

f) Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

g) As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados decorrentes do curso normal de suas atividades e quando for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica.

h) **Ativos contingentes:** Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

i) **Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisões; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.

i) Tributos

Calculados às alíquotas demonstradas no quadro a seguir. Considera-se, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Tributo	Aliquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

j) Resolução BCB 352/2023

A Resolução 352, emanada do Banco Central do Brasil em 23/11/2023, revogou a Resolução BCB 219, de 30/03/2023, e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem aplicados a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio.

A nova regulamentação inclui regras sobre procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas

de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apurar a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a divulgação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central dos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelecendo prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões.

A Administração da empresa está adotando providências para o atendimento da legislação vigente.

3.2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Disponibilidade e aplicações financeiras

Representam recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação diária conforme normativos do Banco Central do Brasil. As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são efetuadas diariamente em títulos e valores mobiliários. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou eventualmente perdas líquidas, que são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo, não incidindo para eles os rendimentos financeiros obtidos sobre as parcelas mensais recebidas dos consorciados.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.

c) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

d) Obrigações com consorciados

Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, cuja expressão, em Reais, exigível mensalmente, resulta de percentuais incidentes sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio, vigente na data de realização da assembleia de contemplação, respectiva de cada vencimento de obrigação.

Os percentuais que compõem o valor da parcela mensal de cada cota de consórcio são referentes ao fundo comum (100%) e às taxas pactuadas de fundo de reserva e de taxa de administração, divididas pelo número de meses previstos para a duração do grupo, de forma linear ou não.

e) Recursos dos grupos

Representa os recursos recebidos dos consorciados, referentes a fundo de reserva, rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios recebidos dos grupos e atualizações de direitos e obrigações, em decorrência da variação do preço do bem ou serviço de referência.

f) Recursos coletados

Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.

g) Recursos utilizados

Representa o total utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva, nas finalidades a que se destina.

h) Fundo comum

Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem ou serviço.

i) Fundo de reserva

Geralmente, é estipulado um percentual sobre o valor total dos créditos contemplados no grupo. Esse percentual pode ser fixo ou variável, mas sempre visando acumular recursos suficientes para cobrir eventualidades.

O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de percentual da carta de crédito de cada cota de consórcio, como parte específica integrante do pagamento mensal a cargo do consorciado, e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se, precicuamente, à cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum, despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo, despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais para recuperação de crédito do grupo e, adicionalmente - desde que não comprometida sua utilização para as finalidades precípua - para contemplação de cotas com os respectivos créditos.

j) Taxa de administração

A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual incidente sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio.

k) Gestão de riscos

A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, orientando em relação a transações além de requerer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

l) Informações complementares:

Os depósitos bancários e aplicações financeiras representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.

Em relação aos grupos de consórcio administrados pela Companhia, as principais informações complementares são:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de grupos em andamento	38	39
Quantidade de cotas ativas	26.183	21.825
Quantidade de desistentes/excluídos/quitados	7.062	4.112
Quantidade de cotas inadimplentes	2.910	3.043
% de inadimplentes (contemplados e não contemplados)	10,50%	13,94%
Quantidade de bens e serviços entregues	1.988	1.597

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos foram aplicados em diversas modalidades de investimento, em diferentes instituições financeiras, com rentabilidade bruta de 12,72% no ano de 2024.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras	1.446.779	2.928.938
Fundos de Investimento	2.251.460	2.461.772
Total	3.698.239	5.390.710
Ativo circulante	2.251.460	2.461.772
Ativo não circulante	1.446.779	2.928.938

NOTA 05. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS

Refere-se a repasses de recursos financeiros aos grupos de consórcio administrados, nas seguintes situações:

a) **Grupos ativos:** adiantamentos destinados a suprir insuficiências de arrecadação no fundo comum dos grupos de consórcio, notadamente nos primeiros meses de sua comercialização, de forma a propiciar-lhes condições mínimas de contemplação de cotas com os respectivos créditos, e assim favorecer sua performance, resguardando sua higidez econômico-financeira.

Esses adiantamentos são resgatados pela Administradora nos meses subsequentes, antes do encerramento dos grupos, à medida que suas arrecadações se elevam.

b) **Grupos encerrados:** aportes realizados compulsoriamente pela Administradora, logo após a realização da última assembleia dos grupos, para cobertura de eventuais déficits de saldo financeiro para pagamento de créditos das cotas quitadas não contempladas anteriormente, e para restituição de valores pagos aos demais consorciados.

Deficits no encerramento tem como razão direta o inadimplemento de valores devidos por titulares de cotas contempladas e faturadas, em volume financeiro superior ao saldo arrecadado a título de fundo de reserva, na data de encerramento dos grupos.

O resgate, pela Administradora, dos montantes aportados em grupos encerrados, se dá conforme ocorra o recebimento, administrativa ou judicialmente, dos valores inadimplidos, cuja cobrança prossegue mesmo depois do encerramento dos grupos.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2023	(+) Aportes em 2024	(-) Resgates em 2024	Saldos em 31/12/2024
a) Adiantamentos a grupos ativos	13.580.204	9.153.927	4.837.430	17.886.701
b) Aportes em grupos encerrados	2.751.573	517.744	741.530	2.527.787
TOTAL	16.331.777	9.671.671	5.588.960	20.414.488

NOTA 06. DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de despesa na contratação de empresas especializadas em tecnologia da informação, para a prestação de serviço de licença de uso. A duração da prestação de serviço em cada contrato, pode ser de até 03 anos.

NOTA 07. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	DEPRECIAÇÃO (ao ano)	31/12/2024		31/12/2023	
Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido		

</tbl_r



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓCIOS S.A.

NOTA 14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2024	31/12/2023
Proventos, encargos sociais e benefícios	37.392.777	36.325.905
Diferimento comissões colaboradores (a)	(7.990.602)	-
Comunicação	1.105.080	903.960
Propaganda e publicidade	1.823.259	1.385.505
Diferimento comissões representantes (b)	(22.212.443)	-
Serviços de terceiros (c)	48.583.565	28.118.387
Rateio de despesas (d)	3.939.850	12.912.786
Administrativas	351.721	184.479
Perdas diversas	1.796.941	60.254
Indenizações	188.475	459.206
Provisões para passivos contingentes	1.316.187	2.226.517
Bens retomados	485.142	1.639.116
Outras	1.558.047	1.744.974
PDD-Provisão para devedores duvidosos	5.090.860	-
Provisão IRPJ diferido CPC 47	5.774.725	-
Provisão CSLL diferida CPC 47	2.078.901	-
TOTAL	81.282.485	85.961.089

(a) Redução proveniente da implantação do CPC 47, que implicou o diferimento de parte das comissões pagas aos colaboradores comissionistas (empregados CLT), sobre vendas de cotas por eles realizadas.

(b) Redução proveniente da implantação do CPC 47, com diferimento de parte das comissões pagas aos representantes (pessoas jurídicas), sobre vendas de cotas por eles realizadas.

(c) Do saldo da despesa com serviços de terceiros, R\$ 44.061.840 é proveniente de pagamento de comissão paga a pessoas jurídicas, pela venda de cotas de consórcio, que apresentou maior comercialização em 2024.

(d) As despesas com rateio estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

RATEIO DE DESPESAS	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	1.732.090	5.233.136
Encargos	731.548	1.847.458
Benefícios	1.064.097	2.818.514
Serviços de terceiros	-	1.431.837
Aluguéis e arrendamentos	-	281.449
Festividades de comemorações	-	20.997
Comunicação	-	128.889
Demais rateios	411.715	1.150.506
TOTAL	3.939.850	12.912.786

(e) As despesas abaixo estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	31/12/2024	31/12/2023
PIS	1.703.563	1.466.596
Cofins	7.853.073	6.770.944
ISS	5.742.954	4.413.462
Outros tributos federais/estaduais/municipais	154.051	23.383
TOTAL	15.453.641	12.674.385

NOTA 15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro/prejuízo líquido antes da contribuição social	35.204.674	-	(5.353.254)	-
Lucro/prejuízo líquido após a contribuição social	-	34.984.819	-	(5.353.254)
(+) Adições	18.334.841	18.781.832	2.911.291	3.118.771
Contribuição social	-	219.854	-	-
Despesas com brindes e festividades	144.812	144.812	20.997	20.997
Participação nos lucros - Administradores	-	227.136	-	207.480
Provisões judiciais	1.316.187	1.316.187	2.226.517	2.226.517
Taxa de administração a diferir	11.176.291	11.176.291	-	-
Provisão para devedores duvidosos	5.090.860	5.090.860	-	-
Outras adições	606.691	606.692	663.777	663.777
(-) Exclusões	50.049.763	50.049.763	1.985.596	1.985.596
Reversão de provisões judiciais	1.659.301	1.659.301	1.985.596	1.985.596
Diferimentos Resolução 120 CPC 47	48.390.462	48.390.462	-	-
(e) Lucro antes da compensação de prejuízos	3.489.752	3.716.888	(4.427.559)	(4.220.079)
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	3.489.752	3.716.888	-	-
TRIBUTOS DEVIDOS	219.854	610.845	-	-

NOTA 16. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2024	2023
Honorário	454.272	436.800
Honorário suplementar	51.302	49.361
Anuênio adquirido	7.445	7.445
Encargos sociais	188.164	181.889
Plano de previdência	64.440	72.878
Participação nos lucros e resultados	227.136	207.480
TOTAL	992.759	955.853

b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao resarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2024	2023
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas	-	715.750
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	3.939.850
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	3.939.850	12.197.036
Total das Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas	3.939.850	12.912.786

NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Plano de pensão e benefícios** - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) **Seguro saúde** - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2024.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO
Diretor-Presidente
JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA
Diretor-Executivo
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ
Contadora CRC 009.619/O-5/DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e acionistas da
BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓCIOS S.A.
Brasília / DF

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓCIOS S.A.**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício e semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓCIOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase

Conforme mencionado na nota explicativa 13, no encerramento do exercício de 2024 a Administradora concluiu a implantação do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente de forma prospectiva, em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 foram por nós auditadas com ressalva quanto a não adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.

- Adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente e seus reflexos contábeis, em especial na apropriação da despesa com correção e da receita de taxa de administração.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o

Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 20 de março de 2025.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-PR nº. 5.196/O-2

CVM nº. 9458

GEOVANI GOMES ZAGOTO

Contador